

FESTAS DO POVO 2015
ADITAMENTO AO REGULAMENTO
ALUGUER DE ESPAÇO

Preâmbulo

O presente Aditamento ao Regulamento tem como finalidade o esclarecimento ainda mais detalhado das condições a que fica sujeita a concessão/aluguer de espaços para exploração comercial, nomeadamente, das condições de desistência por parte dos concessionários e do eventual incumprimento das condições previstas no Regulamento, datado de 7 de abril de 2015.

Neste sentido, o Artigo 8º do Regulamento é substituído pelo Artigo 8º, que se segue, com o seguinte teor:

Artigo 8º

(Desistências)

- 1) A partir do momento da confirmação da aceitação, o concessionário compromete-se a cumprir rigorosamente todas as disposições contidas neste Regulamento, sendo permitidas desistências até 30 dias antes do início do evento, com devolução total do valor pago, desde que comunicado por escrito.
- 2) As desistências posteriores às consideradas no número anterior e até 48 horas antes do início do evento, somente terão o direito a reembolso de 30% em relação ao total liquidado, para custeio de estruturas e manutenção.
- 3) As restantes desistências não terão direito a devolução.

São ainda aditados ao supra referido Regulamento de 7 de abril de 2015, os Artigos 8º-A e 8º-B, que se seguem e com o seguinte teor:

Artigo 8º-A

(Cessão do Direito)

O concessionário não poderá ceder a qualquer título, oneroso ou gratuito, o direito de ocupação da localização que lhe tenha sido atribuída sob pena da mesma ser encerrada, sem que o concessionário tenha direito a qualquer tipo de devolução ou indemnização.

Artigo 8º-B

(Rescisão)

- 1) Sem prejuízo de outras causas previstas no Regulamento, são causas de rescisão imediata do acordo de concessão:
 - a) O desrespeitar das potências permitidas, conforme anexo IV, assim como a utilização de equipamentos elétricos, que não figurem no layout enviado com a inscrição;
 - b) A venda de produtos para os quais a Organização não tenha dado a sua autorização;
 - c) O uso diverso do fim a que se destina a concessão;
 - d) A subconcessão da exploração concedida;
 - e) O abandono da exploração objeto da concessão;
 - f) A verificação de graves deficiências na organização e funcionamento da exploração ou no estado geral dos bens e equipamentos, ou das instalações, suscetíveis de comprometer a regularidade da exploração;
 - g) Não verificar o concessionário a necessária diligência e cuidado na conservação das instalações e na eficiência do serviço, nem manter nelas a devida dignidade e compostura;
 - h) Quando o concessionário, sem razão que o justifique, deixar de cumprir algumas das demais obrigações emergentes do presente Regulamento.
- 2) A rescisão será comunicada ao concessionário pela Organização, pelo meio que esta considere mais célere.
- 3) Em caso de rescisão, a concessão será imediatamente encerrada pela Organização, sem que o concessionário tenha direito a qualquer tipo de devolução ou indemnização.
- 4) Em alternativa à rescisão, a Organização pode, em qualquer altura, impedir ou mandar retirar os produtos que julguem deficientes, perigosos, incómodos ou incompatíveis com os objetivos e/ou âmbito do evento, sem que o concessionário tenha direito a qualquer tipo de devolução ou indemnização.

Campo Maior, 13 de abril de 2015